

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 916.752 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S)	: SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
ADV.(A/S)	: LUCIANO JOSÉ DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: BIMBA EMPREENDIMENTOS LTDA
RECDO.(A/S)	: VIAÇÃO SANTA MADALENA LTDA
ADV.(A/S)	: SILVANA BUSSAB ENDRES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA
RECDO.(A/S)	: VIACAO GATO PRETO LTDA
ADV.(A/S)	: FRANCISCO ANTONIO FRAGATA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO
DE NORMAS LEGAIS – FALTA DE
PREQUESTIONAMENTO –
INVIABILIDADE – AGRAVO
DESPROVIDO.**

1. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência – a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em síntese, o reexame dos

ARE 916752 / SP

elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar-se a viabilidade do recurso.

A par desse aspecto, o acórdão impugnado revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

Acresce que, no caso, o que sustentado nas razões do extraordinário não foi enfrentado pelo Órgão julgador. Assim, padece o recurso da ausência de prequestionamento, esbarrando nos Verbetes nº 282 e 356 da Súmula do Supremo. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado na apreciação de outro processo.

2. Conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator